

ACORDO COLETIVO 2022/2023

Termo do Acordo Coletivo de Trabalho que firmam entre si, o **SINDICATO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA E REGIÃO – SSMCR**, entidade sindical, com sede à Rua 29 de Julho, 141, 1º Andar, Sala 12, no Município de Concórdia/SC, neste ato representado pela Presidente **MARIANA FREIXIELA HERNANDEZ**, inscrita no CPF/MF sob o n. 052.687.749-99, e **MUNICÍPIO DE IPUMIRIM**, representado pelo Prefeito **HILARIO REFFATTI**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

ORGANIZAÇÃO/ LIBERAÇÕES/ MENSALIDADES

Cláusula Primeira – O Município reconhece o Sindicato dos Servidores do Município de Concórdia e Região – SSMCR, como representante da categoria dos Servidores Municipais de Ipumirim para a negociação coletiva e demais questões atinentes às relações de trabalho.

Cláusula Segunda – Anualmente, as Comissões de Negociação constituídas pelo Sindicato dos Servidores do Município de Concórdia e Região e o Município de Ipumirim reunir-se-ão para a negociação visando a renovação da pauta ora pactuada, ficando aqui estabelecido como data-base o mês de março de cada ano.

§ 1.º As Comissões Paritárias de Negociação serão constituídas anualmente, por representantes do Sindicato e do Município de Ipumirim, as quais serão nomeadas de ofício por cada parte.

§ 2.º As Comissões Paritárias de Negociação permanecerão ativas após a aprovação do presente acordo e reunir-se-ão trimestralmente, mediante apresentação da pauta dos assuntos a serem discutidos, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas.

Cláusula Terceira – Os representantes do Sindicato terão livre acesso aos locais de trabalho para entrega de informativos, editais e sanar dúvidas dos servidores, desde que não haja interferência ao bom andamento dos trabalhos.

§ 1.º O Município permitirá que o Sindicato mantenha um quadro de avisos visível nos locais de trabalho para divulgação das atividades Sindicais.

§ 2.º O Município, quando solicitado mediante protocolo na Secretaria Municipal de Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, autorizará reuniões nos setores ou secretarias, podendo, em caso de impossibilidade de sua realização, marcar nova data em comum acordo com o Sindicato.

Cláusula Quarta – O Município procederá ao desconto na folha de pagamento dos Servidores quanto: às mensalidades (desde que autorizadas por escrito pelo servidor) através de ofício até o dia 15º (décimo quinto) dia de cada mês; e das contribuições financeiras legalmente instituídas pelo Sindicato, mediante autorização em assembleia.

§ 1.º O Município fornecerá ao Sindicato, mensalmente até o 15º (décimo quinto) dia, a relação dos Servidores filiados, com o respectivo valor da mensalidade, juntamente com a cópia do comprovante de depósito das mensalidades e outras informações solicitadas, quando forem de interesse da categoria profissional e, individualmente, desde que o interessado autorize.

§ 2.º O Município encaminhará ao Sindicato, mensalmente, cópias de todas as rescisões de contratos de trabalho, havidas com os Servidores sindicalizados.

Cláusula Quinta – Necessitando algum membro da Coordenação Municipal de Ipumirim ou por esse indicado, ausentar-se por motivo de participação em cursos de formação, congressos, plenárias, simpósios ou outra necessidade comprovada, deverá ser formalizado o pedido com 07 (sete) dias de antecedência, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. Os membros da Coordenação Municipal de Ipumirim, terão liberação de 01 (um) dia a cada 3 (três) meses para participação nas reuniões de formação do Sindicato dos Servidores do Município de Concórdia e Região, conforme calendário pré-estabelecido e aprovado entre as partes, sem prejuízo de sua remuneração.

FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Cláusula Sexta – Será garantido a todos os servidores empossados, formação com informações sobre a função que irão exercer, bem como acerca da legislação municipal relativa ao Servidor Público, com a participação do Sindicato quando possível.

Cláusula Sétima – O Município avaliará a implementação de programa permanente de qualificação ao servidor público municipal, compreendendo:

- I. Palestras e atividades referentes à saúde do trabalhador (uso de EPI's, segurança no local de trabalho, assédio moral);
- II. A importância social do serviço público e o papel do servidor;
- III. Aperfeiçoamento profissional conforme as atividades específicas de cada segmento do serviço público municipal, extensivos a todos.

JORNADA DE TRABALHO

Cláusula Oitava – O Município realizará estudos sobre a possibilidade de encaminhar procedimentos legais no intuito de:

- I. Fixar a jornada máxima dos servidores em quarenta horas semanais, adequando-se ao previsto no art. 27, IX, da Constituição de Santa Catarina, alterando a Lei Municipal, sem prejuízo da remuneração;

PLANOS DE CARREIRA E ESTATUTO

Cláusula Nona – O executivo municipal ao reconhecer o Sindicato como representante da categoria dos servidores públicos municipais, se compromete em possibilitar a indicação de membros da direção do sindicato ou servidores por este indicado a compor as comissões de estudo do Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério, Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores do Município e do regime jurídico dos servidores.

Cláusula Décima – O município realizará estudo para a implementação de incentivo por formação aos servidores do executivo.

Cláusula Décima Primeira – Quando das avaliações de desempenho, o município se compromete que o servidor receba e seja notificado do resultado, bem como conste na avaliação o nome do avaliador e os respectivos prazos para apresentar o pedido de reconsideração e recurso hierárquico.

SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR

Cláusula Décima Segunda – O Executivo Municipal se compromete em cumprir as Normas Regulamentadoras – NRs do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, assegurando a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, observando a qualidade e adequação dos equipamentos.

§ 1.º O executivo irá encaminhar Projeto de Lei para instituir o pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade, que serão concedidos conforme os Laudos Técnicos de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT's de cada função;

§ 2.º O Município irá realizar um estudo para a implementação a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, prevista na Norma Regulamentadora 5 do MTE, de forma a zelar pela saúde dos trabalhadores do Município.

FÉRIAS /HORAS EXTRAS/ DIÁRIAS/SOBREAVISO/ LICENÇAS/13º SALÁRIO

Cláusula Décima Terceira – O Município pagará o 13º (décimo terceiro) salário em única parcela até o 20º (vigésimo) dia do mês de dezembro de cada ano.

Cláusula Décima Quarta- O pagamento de adicional de 50% das férias será pago em 2 (dois) dias antes das férias conforme previsto na legislação vigente,

ADICIONAIS

Cláusula Décima Quinta – Serão implementados e/ou mantidos os seguintes benefícios pecuniários aos servidores municipais:

§ 1.º O auxílio-alimentação será reajustado para o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais)

- I. Os créditos referentes ao auxílio-alimentação serão pagos integralmente independente da carga horária, serão disponibilizados na mesma data do pagamento da remuneração no cartão alimentação.
- II. Não será concedido auxílio-alimentação aos agentes políticos e estagiários
- III. As faltas justificadas ao trabalho serão descontadas proporcionalmente aos dias faltantes sem perder direito ao vale, sendo que faltas injustificadas acarretará no não pagamento do vale no mês ocorrente.

REAJUSTE

Cláusula Décima Sexta – Será concedido, no mês de março do ano de 2022, o reajuste correspondente a 100% da variação do IPCA mais uma aumento real de 0,12%, somando-se 10,5% de aumento ao servidores.

VIGÊNCIA E VALOR JURÍDICO

Cláusula Décima Sétima – As cláusulas do presente acordo vigorarão a partir de 1º de março de 2022 até fevereiro de 2023.

Cláusula Décima Oitava – O documento final da presente negociação será complementado mediante assinatura das leis, decretos e demais atos próprios, objetivando dar-lhe valor jurídico.

E, por estarem entre si ajustados e de acordo, firmam o presente termo em duas vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.


Mariana Freixela Hernandez

Presidente do Sindicato dos Servidores do Município de Concórdia e Região


Hilario Refatti

Prefeito Municipal de Ipumirim